

PROJETO DE LEI 4.206/2019 ¹**1. Síntese da Matéria:**

O Projeto de Lei nº 4206/2019 dá nova redação ao inciso II do art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de dezembro de 2009, para que 1/4 (um quarto) das bolsas das entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços na área de educação, que atuam na educação superior e que não tenham aderido ao Prouni, sejam destinadas a atletas que venham a representar a instituição em competições e eventos promovidos pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) e suas filiadas.

O Substitutivo da Comissão do Esporte (CESPO) adiciona ao texto da proposta original o §7º para dispor que “Do total das bolsas destinadas a atletas que venham a representar a instituição de ensino superior em competições e eventos promovidos pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU e suas filiadas, 1/3 (um terço) será destinado a atletas mulheres”.

O Substitutivo da Comissão de Educação (CE) mantém a essência da proposição original. Contudo propõe que o dispositivo a ser incluído não mais seja na Lei 12.101/2009, mas adicionado à Lei Complementar nº 187/2021, tendo em vista que a Lei nº 12.101/2009 foi totalmente revogada pela Lei Complementar nº 187/2021, a qual conferiu novo ordenamento à matéria, em cumprimento à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou a matéria reservada à lei complementar e não à lei ordinária.

2. Análise:

Do exame de adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 4.206/2019, do Substitutivo da CESPO e do Substitutivo da CE, observa-se que as proposições contemplam matéria de caráter essencialmente normativo, sem acarretar repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União.

3. Dispositivos Infringidos:

No tocante ao exame de adequação orçamentária e financeira, não se observa infração a dispositivos.

4. Resumo:

O Projeto de Lei nº 4.206/2019, o Substitutivo da CESPO e o Substitutivo da CE contemplam matéria de caráter essencialmente normativo e, portanto, não acarretam repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União.

Brasília, 16 de abril de 2024.

Marcos Rogério Rocha Mendlovitz
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

¹ Solicitação de Trabalho da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.